

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO



2014

Plano de Atividades e Orçamento

2014

ÍNDICE

ÍNDICE

PLANO DE ATIVIDADES 2014

INTRODUÇÃO
ESTRATÉGIA DE AÇÃO
FORMAÇÃO
APOIO SOCIAL AOS MEMBROS
COMUNICAÇÃO
APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
OUTRAS AÇÕES
CONCLUSÕES

ORÇAMENTO 2014

INTRODUÇÃO
CONTEXTO ATUAL
RENDIMENTOS
GASTOS
INVESTIMENTOS
CONCLUSÃO
PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

Plano de Atividades e Orçamento

2014

ATIVIDADES

ATIVIDADES

INTRODUÇÃO

As organizações, com especial relevo para aquelas a quem foi reconhecido o interesse público, isto é, o desempenho de uma função originariamente da competência dos órgãos emergentes da vontade popular, têm o dever, não só estatutário, mas especialmente inerente à sua própria natureza, de dar a conhecer, independentemente da forma, as grandes linhas orientadoras da sua ação, pelo período de tempo legalmente estabelecido, coincidente com o ano civil.

Podendo ser discutida a forma, a essência, por isso o esforço de partilhar com os diretamente interessados a visão que temos da evolução dos factos e o nosso posicionamento perante eles, é que nos parece ser de realçar neste ato de elaboração de um plano de atividades e orçamento.

Como documentos de natureza pre-visual, não obstante a preocupação de rigor e a necessidade de fundamentação em critérios sustentados, a sua natureza confere-lhe um acentu-

ado grau de contingência que deverá ser compreendido e justificativo de eventuais ajustamentos no decorrer da sua execução.

A sabedoria popular diz que "o futuro a Deus pertence". Não tendo a veleidade de projetar uma previsão impossível, é contudo nossa obrigação, a partir da leitura que fazemos da evolução dos acontecimentos, procurar que os documentos elaborados sejam o mais possível adequados a essa visão e, sobretudo, alicerçados na experiência que o passado, próximo e recente, nos tem ensinado.

É nessa prática que sustentamos a nossa credibilidade que os documentos, a partir dos factos conhecidos e do esforço de adaptação necessário, não se resumem a uma vontade, mas sim que constituam previsões, o mais próximo possíveis da realidade que nos espera em 2014.

Tudo indica que no próximo ano ocorrerão fenómenos de relevo não só para a nossa Ordem, mas também

para instituições congéneres. Desde logo, com a implementação dos parâmetros constantes da Lei 2/2013, de 11 de janeiro, cujo esforço igualitário no associativismo público se nos afigura de alguma dificuldade, correndo-se um sério risco de descaracterização das especificidades das diversas profissões.

Os esforços conhecidos de igualizar o que é naturalmente diferente, quer pela história, quer pela especificidade de cada profissão, não têm sido bem sucedidos, pelo que, pela conjugação daqueles fatores, não se esperam resultados muito animadores.

É que, da análise das vantagens e das desvantagens das alterações a introduzir, não se vislumbra qualquer justificação para as alterações constantes naquela disposição legal.

Uma delas será a realização de eleições na Ordem no decurso de 2014, pois, atendendo à sua previsão ao novo estatuto, nada justificaria a sua realização no presente ano, atenden-

do a que as teria que repetir imediatamente após a publicação do novo estatuto emergente da publicação daquela lei.

Numa instituição com a responsabilidade, dimensão e ambição da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, é sempre muito difícil descrever num papel o que nos move para cumprir a missão a que nos propomos, mas independentemente da forma ou oportunidade dos eventos, factos e ações propostos, eles enquadrar-se-ão num contexto global que entendemos que a Instituição se deve movimentar e que designamos por:

ESTRATÉGIA DE AÇÃO

A vida das pessoas e das instituições é composta de situações e factos, por vezes complexos, por vezes simples, mas, uns e outros, devem ser orientados numa direção previamente estabelecida. Certo, é que independentemente da sua natureza, devem integrar o conjunto de passos necessários para se atingir um determinado objetivo. Como se costuma dizer na gíria marítima, se não se souber o rumo a tomar, não há ventos que empurrem a embarcação até ao destino almejado.

Ora, nós sabemos desde há muito, com a clareza que é possível, que caminhos trilhar para conseguirmos atingir as metas a que anualmente nos propomos.

Caminhos nem sempre fáceis de percorrer, cheios de escolhos, mas, estamos disso convencidos, que nos conduzirão à meta desejada.

Uma meta que não é fácil, que exige rigor, sacrifício, empenhamento e comportamentos éticos e deontológicos irrepreensíveis, mas que no caso de ser cruzada nos conduz ao patamar da dignidade, justiça e credibilidade a que, por natureza, temos direito.

Por isso, independentemente dos meios a que recorreremos para atingirmos aquele fim, todas as ações que empreendamos têm que ser um concurso para aquele objetivo, têm que ser uma infra-estrutura que compõe o todo e que dele não se dissocia, antes o complementa. Esse é, sempre foi e será, o estado de espírito que nos anima e animará a travar a grande batalha da dignidade e da credibilidade profissional, não com palavras de oportunidade e vãs de sentido, mas sim com fé e dedicação numa causa em que acreditamos e, porque dela somos também beneficiários, queremos que seja o melhor que formos capazes de construir, executando para tanto as seguintes ações:

FORMAÇÃO

A vida, as sociedades e as próprias pessoas e exigências são dinâmicas, evoluem de forma rápida e eficiente, criando-nos situações que exigem de nós novos comportamentos, conhecimentos e reações, por vezes diferentes das que estamos habituados.

Quem contesta esta imprevisibilidade, quem se convence que sabe tudo, ou pelo menos o necessário para o exercício das suas funções, quando se apercebe, vive num mundo completamente à margem da restante sociedade e, rapidamente, está dela afastado, com todos os custos sociais que isso implica.

O grande desafio das profissões e dos profissionais é exatamente esse: acompanhar a rápida evolução dos acontecimentos com que nos defrontamos. Conceitos e definições que quantas vezes julgávamos sólidos, hoje mudam com enorme rapidez e os profissionais, não só num sentido de melhor qualidade, mas também de oportunidade e comodidade têm que saber reagir em conformidade.

Ora, a forma de conhecermos e nos familiarizarmos com aquela evolução passa por equacionar permanentemente os nossos conhecimentos e a forma como os materializamos na nossa atividade profissional. Há sensivelmente 30 anos, um contabilista não sonhava sequer em ter num computador e quando nos víamos defronte dos monstruosos sistemas de perfuração, muitas vezes nos convencíamos da sua inutilidade. Hoje a informática é fundamental para qualquer profissional da contabilidade, isto apenas para demonstrar a importância e a necessidade de não cristalizarmos nos nossos conhecimentos profissionais.

E, como é óbvio, a única maneira de consolidarmos ou evoluirmos, consoante os casos, nos nossos conhecimentos, é a formação profissional.

Conscientes da importância do enunciado a Ordem, pelas mais diversas formas, sempre privilegiou a formação, procurando meios e formas dos seus profissionais nela participarem. Em 2014 iremos continuar com esse esforço, através das seguintes ações:

a) **Formação eventual.** Este tipo de ação tem como objetivo sensibilizar e levar até aos profissionais, em todas as capitais de distrito, as alterações verificadas nos normativos que regem ou se relacionem com a nossa profissão, no sentido do seu conhecimento por parte de todos os profissionais da contabilidade e da fiscalidade. Estas ações, a realizar em todos os distrito do continente e nas regiões autónomas, serão três, no total: a primeira tem lugar nos meses de janeiro/fevereiro e versa, tradicionalmente, sobre o Orçamento do Estado e o encerramento das contas do ano anterior, a segunda nos meses de junho/julho e a terceira nos meses de outubro/novembro;

b) **Formação Segmentada.** Este tipo de ação, vocacionada para o tratamento de temas específicos, relacionados com a profissão, tem uma duração compreendida entre 8 e 16 horas, realizando-se nas sedes de distrito ou em qualquer outro local do país onde existam, pelo menos, 30 membros interessados. Tem como objetivo a análise de temas profissionais que pela sua dimensão e simplicidade, seja possível abordar no espaço temporal da duração prevista. Pelas suas características, diferencia-se da formação eventual pelo facto de ser limitada a formação de turmas não superiores a 30 participantes e, pelo seu reduzido número de participantes, possibilitar um maior diálogo entre os formadores e formandos;

c) **Formação permanente.** A formação permanente tem como objetivo o tratamento de temas profissionais que, pela sua complexidade ou dimensão, não seja possível tratar em tempo inferior a 16 horas. Daí a sua duração se situar entre as 16 e as 32 horas. É uma formação ministrada, em princípio, com base nas sedes de distrito, mas que poderá ser realizada em qualquer outro lugar, desde que, pelo menos, 30 profissionais estejam interessados em participar;

d) **Formação à distância.** É, provavelmente, das iniciativas melhor sucedidas que a Ordem encetou, no domínio específico da formação. Na verdade, a formação à distância, não obstante pelas suas características impessoais dificultar mais a troca de experiências e, conseqüentemente carecer de maior atenção por parte dos formandos e formadores, é aquela que mais propicia aos profissionais a sua participação.

Com efeito, atenta a falta de disponibilidade dos membros e o facto de

chegar de forma cómoda a todo o país e possibilitar o seu visionamento no conforto do escritório ou em qualquer outro local que preferir, tem sido, imediatamente a seguir à formação eventual, a que maior participação tem na Ordem. Observada a forma como ela é ministrada e a evolução que se tem vindo a verificar neste domínio, bem como as novas técnicas para atrair os formandos, no decurso de 2014 iniciaremos um estudo de forma a avaliar as eventuais melhorias a introduzir nesta forma de formação;

e) **Reuniões livres.** Assumindo um carácter verdadeiramente pioneiro no associativismo português, as "reuniões livres das quartas" realizam-se quinzenalmente (nas segundas e últimas quartas feiras de cada mês), com exceção do mês de dezembro, em todas as sedes dos distritos do continente e nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores. São gratuitas para todos os profissionais, não têm agenda previamente definida e são coordenadas pelos mais conceituados técnicos nas áreas contabilística e fiscal existentes nas respetivas localidades. Funcionam como uma espécie de troca de experiências coletiva, onde os técnicos oficiais de contas apresentam as dificuldades sentidas no exercício da profissão, sendo as respostas dadas pelos coordenadores e ouvidas por todos os participantes. Ao longo dos cerca de 12 anos de existência têm-se revelado um espaço de muito interesse profissional e uma forma expedita dos TOC verem esclarecidas as suas dúvidas, sem recurso ao Departamento de Consultoria da Ordem;

f) **Base de dados da Ordem.** Quando abordamos a necessidade de qualificação dos profissionais, não raras

vezes se entrecruzam os conceitos de formação e informação. Ora, a base de dados da Ordem, integrada no SITOC (Sistema de Informação para os Técnicos Oficiais de Contas), embora tendo uma missão de consulta, por isso aqui com uma função entre a formação e a informação, é hoje um dos meios mais usados pelos profissionais para a pesquisa de legislação, tirar dúvidas quanto ao seu conteúdo, alcance e interpretação. Disponibilizada gratuitamente aos membros, agora pela internet, o que possibilita uma informação permanentemente atualizada ao serviço dos profissionais. Produto de um trabalho de muitos anos, a riqueza da base de dados da Ordem, é hoje um manancial de grande utilidade para todos os que lidam com temáticas inerentes à profissão.

No âmbito da colaboração com os países de língua oficial portuguesa e, na sequência de protocolo a assinar com as instituições de regulação profissional daqueles estados, no decurso do ano de 2014, disponibilizaremos aos membros daquelas organizações, nas mesmas condições que oferecemos aos profissionais de Portugal a possibilidade de, depois de devidamente identificados, participarem nas ações de formação à distância ministradas pela OTOC.

APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

A realidade que se vive em Portugal e um pouco por todo o mundo, tem evidenciado problemas complexos de sobrevivência das pessoas e uma injustificada subordinação dos valores financeiros aos humanísticos em que, os princípios que sempre orientaram a nossa cultura e os valores fundamentais de vivência em sociedade, são hoje colocados em causa.

Perante aqueles factos e indepen-

dentemente das opções que os gestores sociais tomem na forma como gerem os interesses coletivos, a Ordem, numa tradição desde sempre acarinhada, tem vindo e continuará a manter em 2014 as diversas linhas de apoio social aos membros.

Num momento em que se discute se a sociedade organizada deve ou não ter preocupações de solidariedade para com o infortúnio alheio, a Ordem quer expressar através de atos concretos que entende, que todos, sem qualquer exceção, devem lutar para garantir as suas necessidades nos momentos de adversidade.

A Ordem tem vindo a desenvolver diversas formas de apoio aos seus membros e que continuará no decurso de 2014 e que são:

a) **Seguro de saúde.** No próximo ano a Ordem continuará a disponibilizar, gratuitamente, a todos os seus membros, que na data de renovação da respetiva apólice tenham as suas quotas em dia, isto é, que não estejam atrasadas por um período superior a 90 dias, um seguro de saúde que garante o pagamento de internamento hospitalar e todas as despesas a ele inerentes, independentemente das razões, até ao montante de 50 mil euros, sendo devido pelos membros apenas uma franquia de 10 por cento do valor suportado pela companhia de seguros. Para além do descrito, o seguro de saúde compreende ainda o direito a cinco consultas de ambulatório, pagando os membros apenas o valor de 15 euros por consulta, salvo se ela tiver carácter de urgência, situação em que serão devidos 45 euros. Este seguro foi criado com o objetivo de proporcionar aos membros da Ordem um mecanismo rápido de acesso à saúde, considerando, por vezes, o longo tempo que é necessário para o atendimento nos serviços públicos;

b) **Seguro de responsabilidade civil.** Hoje, cada vez mais, os técnicos oficiais de contas e a sociedade, vão tomando consciência dos enormes riscos que se correm no exercício da profissão. Não só os inerentes aos processos legislativos, mas também e, particularmente, pelo facto de a profissão, de per si, constituir, por efeito da natureza das questões com que lida, muitas delas de complexa e de difícil execução. Tais factos constituem um risco muito acentuado, o qual, pode representar um grave perigo para o património dos profissionais. A salvaguarda daquelas situações foi uma preocupação desde sempre patente na atividade da Ordem, o que conduziu à contratação de um seguro de responsabilidade civil, no sentido de transferir aquele risco para uma companhia de seguros. Evidentemente que estamos perante uma obrigação estatutária e, conseqüentemente, uma obrigação dos próprios membros no exercício da profissão, mas, atendendo à dimensão da Ordem e à sua maior facilidade de contratação, decidimos continuar a disponibilizar gratuitamente o seguro a todos os profissionais que tenham as suas quotas em dia. Conforme já se mencionou, não obstante tratar-se de uma obrigação dos membros prevista no estatuto, no decurso de 2014 a Ordem irá continuar a contratar aquele seguro e a fazer a sua oferta aos profissionais que exerçam efetivamente a profissão.

c) **Fundo de solidariedade social dos TOC.** A vida, esse gesto fácil e automático de respirar e sentir, é algo de inconsistente, de incerto, provocando-nos, por vezes, situações bem difíceis de gerir, levando-nos, não raras vezes, a inibirmo-nos de participar socialmente. Há situações que são o resultado natural de opções, mas ou-

tras há que são fruto inequívoco da sorte que ocorrem quando nada o faria esperar. Evidentemente que como Instituição reguladora de uma profissão, temos um objetivo claramente definido na lei e não nos podemos equiparar a uma instituição de solidariedade social, mas também não devemos esquecer ou menosprezar que os membros da Ordem são pessoas, gente que pode ter problemas e está sujeita aos caprichos do imprevisível. Não confundimos a nossa missão e objetivos, mas também não queremos, nem em nosso entender devemos esquecer que lidamos com seres humanos e que o seu sofrimento nos deve, pelo menos, merecer atenção por efeito dos problemas que os afligem. Com este nível de preocupação a Ordem criou e tem vindo todos os anos a alimentar um fundo que denominou de "solidariedade social" o qual, nos termos do regulamento que o rege, tem como missão ocorrer a situação excecionais de acidente em que, por efeito do mesmo, os TOC não tenham a possibilidade de angariar o seu sustento. A sua vocação genuína é apoiar os profissionais que na fase final da sua vida não reúnam condições para uma vida condigna, daí ser através deste fundo que a Ordem garante que nenhum membro fica com uma disponibilidade financeira líquida inferior ao rendimento mínimo garantido, completando a Instituição, através deste fundo, a diferença entre o valor da reforma paga pelos sistemas obrigatórios da Segurança Social e aquele valor. No decurso do ano de 2014, manteremos em funcionamento este fundo, continuando a alimentá-lo, a exemplo de anos anteriores com o valor de 250 mil euros;

d) **"Casa do TOC".** Este projeto foi e continua a ser um sonho antigo, que motivou e continua a motivar

paixões e movimentos de solidariedade social que aquecem a alma e o coração. A evolução da economia aportou, não só a este, mas também a outros projetos a necessidade de se repensar um pouco, ou pelo menos, por efeito da crise, apoiar os membros noutras áreas, sem, no entanto, esquecermos um espaço onde os profissionais se possam encontrar e partilhar com outros profissionais o saber de experiência feito que a vida lhes ensinou. Embora reconheçamos que a conjuntura não é das melhores, resolvidas algumas questões internas, pensamos que nos próximos anos teremos condições para relançar este importante projeto na vida dos profissionais. Existiu e diga-se em abono da verdade, não está morto, um projeto que envolvia a construção, no mesmo local, da "Casa do TOC" e um centro de formação profissional. Os valores em causa eram muito significativos e consideravam a aquisição das instalações da antiga Universidade Independente. O projeto da "Casa do TOC" tem hoje consignado o valor de 2 milhões de euros, o que não deixa de ser um aliciente para se iniciar o projeto. Estaremos atentos ao evoluir das situações e, caso surja essa oportunidade, hoje que o *leasing* do edifício sede se encontra em valores bastante decrescentes, talvez seja uma oportunidade para darmos início a esse grande projeto que nos traria a total independência em termos de espaço para a formação no distrito de Lisboa;

e) **Fundo de Pensões dos TOC.** A crise que se instalou na economia mundial, com maior ênfase nas economias europeias, veio aportar aos nossos hábitos e à estrutura social a que estávamos habituados, novas realidades que devemos equacionar

e refletir sobre a sua adequação ao atual contexto. A equação permanente do papel social que o Estado deve desempenhar na sociedade e os maus exemplos do uso indevido pelos políticos de fundos com vocação social, têm gerado nos cidadãos uma espécie de permanente dúvida quanto a um futuro próximo, no que respeita a garantir-lhes um final de vida com um mínimo de dignidade e condições. A fraca rendibilidade dos capitais, fator em que assentava a opção pelas aplicações nos fundos de pensões, a incerteza permanentemente equacionada quanto ao papel que cabe ao Estado desempenhar neste capítulo tão importante da vida dos cidadãos, têm lançado uma série de dúvidas, que não esclarecem o futuro, nem incitam a uma poupança segura e eficaz. Não obstante, desde há sete anos vimos a sofrer a erosão financeira do valor das quotas pagas pelos membros, não atualizadas desde 2006, temos que procurar encontrar outras soluções, nomeadamente na diminuição da despesa de funcionamento, mas não comprometer os projetos de solidariedade que com tanto amor e carinho criamos para servir os Técnicos Oficiais de Contas. No fundo de pensões, a Ordem propunha dotar este de um lastro mínimo que aliciasse os membros a aforrar e a colocar essas poupanças naquele fundo. Dentro daquela missão a Ordem, em cerca de cinco anos, colocou no fundo de pensões cerca de 7 milhões de euros, ao ponto de, ainda hoje, não obstante os valores resgatados aos membros desde 2005, a sua parte de contribuição para aquele fundo atingir a verba de aproximadamente 6,600 milhões de euros.

Sabemos que hoje as pessoas não têm quaisquer condições de aforrar, por pouco que seja, pois o acréscimo excessivo da fiscalidade e o acen-

tuar das dificuldades dos membros retiraram-lhe qualquer possibilidade naquele domínio, pelo que, pelas vias que considerar mais adequado, deverá a Ordem assumir uma meta para o fundo e dotá-lo de valores que tenham algum significado para os membros.

Por deliberação da Ordem, o arrendamento da antiga sede na avenida 24 de julho, em Lisboa, é consignado ao fundo de pensões. Em 2014, continuaremos a consignar ao fundo de pensões o valor da renda recebido naquele ano e, caso as condições financeiras o permitam, canalizar para o mesmo uma parte dos resultados obtidos no exercício.

COMUNICAÇÃO

A comunicação entre as instituições e os seus membros é um dos aspetos mais centrais da sua atividade, pois é através dela que os profissionais, muitas vezes à distância, conseguem viver, sentir e acompanhar o pulsar da sua Instituição. Bem sabemos que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas quando comparada com outras instituições, não deixa de poder ser considerada privilegiada, pois apareceu num momento em que a sociedade despertava para a realidade da evolução tecnológica e a possibilidade de muitas coisas que nós executávamos, poderem ser feitas automaticamente ou de outra forma bem mais eficiente e célere.

Não obstante aquele facto, desde a primeira hora que a Ordem se apercebeu da importância da comunicação e procurou estruturá-la de forma a chegarmos rápida e seguramente a todos os profissionais, independentemente do local onde estes se encontrem.

Elegemos um conjunto de medidas para obter o descrito que procuramos

reunir no SITOC (Sistema de informação do Técnico Oficial de Contas) e que é constituído por:

a) **Revista TOC.** É uma publicação de periodicidade mensal, distribuída gratuitamente a todos membros com as quotas regularizadas. É o meio de comunicação por excelência da Ordem. Encontra-se estruturada num formato que pensamos ser o que melhor se adequa à realidade da profissão. Assente num figurino que compreende uma entrevista de fundo, um espaço de notícias, um espaço doutrinal e um espaço técnico. A sua abrangência está concebida de forma a abordar as questões que pensamos ser de maior importância para a profissão. Algumas iniciativas recentes, como é o caso do "Lugar ao TOC", tem por objetivo uma aproximação mais vinculada aos profissionais e constitui um esforço de integração dos membros com a sua revista.

b) **Sítio na internet.** A página da Ordem na internet é o mais amplo espaço de comunicação que a Ordem utiliza, não só com a sociedade em geral, mas também e, particularmente, com os seus membros. Para além de possibilitar um conjunto muito significativo de funções administrativas, este sítio contém o maior conjunto de informação disponibilizado pela Ordem. Encontra-se dividido em duas grandes áreas, uma de natureza pública que pode ser acedida por qualquer cidadão, que contém diversas informações sobre a instituição, doutrina e questões genéricas de interesse para a profissão ou para a sociedade em geral, como é o caso da programação de eventos ou notícias relativa à sua realização. Atentas as suas características técnicas e enquanto não avança o projeto individualizado da TV TOC, o atual "Canal TOC" aloja vídeos, ima-

gens e informações sobre os eventos realizados pela Ordem. Ainda no sítio, uma outra parte é de acesso reservado, por isso, exclusivo a membros da Instituição, mediante a atribuição de uma chave de acesso, onde se encontram um conjunto muito significativo de funcionalidades, com especial relevo para a intercomunicabilidade dos membros, a consulta de legislação e outras informações relevantes.

No fórum, espaço vocacionado para a troca de ideias e entajuda profissional, os membros debatem as mais variadas questões relacionadas com a profissão. Uma outra funcionalidade do sítio é a comunicação dos membros pela "Pasta TOC", através da qual, em termos médios colocam e recebem a resposta a sensivelmente 16 mil questões técnicas e estatutário/deontológicas, por ano. Relativamente à ferramenta "Pasta TOC" estão em curso alterações profundas que esperamos entrem em vigor em 2014, algumas já no início do ano e outras, posteriormente, no sentido da utilização exclusiva dos sistemas eletrónicos na comunicação da Ordem. Para tanto, estão a ser preparados mecanismos automáticos de conversão das diversas comunicações recebidas, bem como a criação de *emails* profissionais aos membros, para onde serão enviadas todas as comunicações da Ordem. No âmbito do que está a ser concebido, as comunicações recebidas em suporte de papel e em correio eletrónico, serão todas redirecionadas para um espaço próprio do membro, constituindo o seu arquivo que poderá ser permanentemente consultado pela Ordem e pelo membro, possibilitando ainda a este, sempre que se trate de processos seus, acompanhar a sua evolução do exterior. São alterações que, segundo esperamos, vão diminuir significativamente os gastos de funcionamento da Ordem. Hoje as

despesas com os correios representam cerca de 100 mil euros por mês e que pensamos com a implementação deste projeto, reduzir para cerca de metade.

c) **Revista científica «Contabilidade e Gestão».** Esta publicação pretende ser um espaço de carácter científico, disponibilizada aos membros, onde se publicam ensaios, artigos e pensamentos de temáticas inerentes à profissão, de indiscutível interesse para os Técnicos Oficiais de Contas. Os trabalhos nela publicados são todos sujeitos a uma revisão *blind referee*, no sentido de garantir a qualidade e o rigor dos trabalhos apresentados. É uma publicação semestral, atendendo à escassez que se tem verificado de trabalhos com a qualidade necessária para publicação. É disponibilizada gratuitamente no sítio da Ordem a todos os seus membros, bem como ao público em geral, atendendo à importância que tem a divulgação do seu conteúdo para a profissão. Em 2014 pensamos continuar a desenvolver este projeto, melhorando-o se possível com trabalhos de alta qualidade, procurando que a revista, atentas as suas características, se constitua como um importante elemento de formação dos Técnicos Oficiais de Contas.

d) **Base de dados SITOC.** Conforme já se mencionou anteriormente, a base de dados do SITOC é, provavelmente, uma das mais importantes iniciativas até hoje desenvolvidas pela Ordem ao serviço dos seus membros. A forma como a informação se encontra ordenada, no nosso entender, facilita a concentração nos objetivos da consulta, possibilitando um espectro alargado da envolvimento dos temas e constroem na mente do consultor uma imagem integrada

da matéria disponível. É uma ferramenta especificamente desenvolvida pela Ordem, sustentada na nossa conceção sobre as necessidades dos profissionais e na melhor forma de compreender e memorizar. Procurando um melhor aproveitamento das suas potencialidades e aproveitando as novas tecnologias que possibilitam uma informação atualizada ao dia, a Ordem alterou profundamente, não o conteúdo desta funcionalidade, mas sim a forma de obtenção da sua informação. Como o suporte físico inicial, distribuído mensalmente com a revista TOC, assumindo a forma de CD, gerava conflitos de atualização da informação, a Ordem implementou um sistema de funcionamento pela internet, mais eficiente e mais fácil de obter do que o anterior. Como é natural, atendendo à mudança radical que se operou no funcionamento do sistema, na fase inicial existiram algumas dificuldades, umas por parte dos membros outras por parte da própria Instituição, no sentido de encontrar uma forma explícita e de fácil compreensão para o funcionamento da ferramenta. Ultrapassada esta fase de adaptação, as informações que nos têm chegado dos membros é que o seu domínio e familiaridade com a base de dados é já praticamente total. No âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa, no decurso do ano de 2014, para além de disponibilizar aos nossos colegas daqueles países a possibilidade da formação à distância, o que ocorrerá pela internet, iremos também disponibilizar, por países uma mini base com os respetivos sistemas fiscais de cada país, possibilitando-lhes a consulta de toda a informação de natureza contabilística, atendendo à sua universalidade.

e) **Canal "TV TOC"**. É uma velha aspiração dos atuais órgãos da Ordem

que vêm transportando de ano para ano esta pretensão. A experiência recolhida com a utilização dos atuais sistemas através do Youtube e do Facebook, tem vindo a responder às necessidades de comunicação da Ordem. Nos aspetos mais importantes da profissão têm-se revelado muito úteis no cumprimento das suas missões, a avaliar pelo número de visitas que os vídeos apresentam na respetiva plataforma. De qualquer modo, temos consciência que não estamos a respeitar, neste domínio a história, isto é, não estamos a fazer todas as reportagens que a dimensão e a atividade da Ordem poderia comportar e, conseqüentemente, a diminuir de forma comprometedor a conteúdos daquelas comunicações. Os meios monetários disponíveis não chegam para tudo o que desejamos e isso obriga-nos a fazer opções. Apesar disso, continuamos a apostar em investir em ferramentas de apoio aos profissionais no sentido de suavizar os esforços que as novas exigências colocadas às empresas, nomeadamente a comunicação das faturas e das guias de remessa colocam aos profissionais, ou fazer outras opções, nomeadamente no que concerne ao canal "TV TOC". Fizemos outras opções de esforço financeiro, mas é nossa opinião que em 2014 estaremos em condições de reestruturar todo o processo de comunicação dos meios audiovisuais da Ordem.

f) **Facebook**. A rede social de maior êxito mundial é um espaço sem fronteiras, com riscos de perda de privacidade, mas também um local de fácil divulgação de ideias e eventos. A Ordem tem vindo a utilizar o Facebook para divulgar os aspetos julgados de maior relevância, dando-lhes, por essa via, uma dimensão alargada às atividades da Ordem, uma vez que

abrange mais de 19 mil seguidores. Para muitos, o Facebook, atendendo à facilidade de comunicação e sem quaisquer reservas ou seleção de entrada, é um local que se vê ainda com uma certa reserva, que pode colocar em risco a privacidade individual. São fenómenos do nosso tempo onde a globalização sacrifica a esfera pessoal. E, sendo a Ordem uma pessoa coletiva de direito público, entendemos que tem todo o interesse a divulgação dos seus atos, para que cada vez mais cidadãos neles possam participar. Dentro deste espírito, a Ordem, no decurso de 2014 vai continuar a divulgar os seus eventos neste espaço público e plural.

APOIO TÉCNICO AOS MEMBROS

Temos consciência da dificuldade e do grande esforço que os profissionais têm que fazer para cumprir com os desafios a que nos propomos para a profissão. Sabemos que em tempos de crise, quando o dinheiro escasseia, são imensos os sacrifícios que é necessário fazer para se frequentar formação, suportar os seus custos diretos e indiretos.

Sabemos de tudo isso e, é da consciência desse saber e do valor profundo que damos ao rigor e à exigência de qualidade profissional, que entendemos necessário fazer esse esforço contínuo de aperfeiçoamento profissional. Não é, como em muitas outras coisas da vida, suficiente falar, alertar, discutir, sendo importante executar na prática o que concebemos no espírito.

É no conhecimento e na vivência dessa realidade que desde sempre temos vindo, de forma paulatina, a criar condições à materialização daquele objetivo. A forma, os meios e muitas vezes até o conteúdo, podem variar,

mas o objetivo é sempre o mesmo. O apoio técnico aos membros no desempenho das suas funções tem vindo a melhorar de forma notória e temos que continuar com esse esforço, certeza perene que seguiremos o caminho da consolidação profissional. É que a meta da perfeição é como uma espécie da nossa própria sombra que anda sempre à nossa frente e, quanto mais corremos para a apanhar mais ela teima em escapar.

Não obstante, é uma meta que todos temos que nos esforçar permanentemente por atingir, não esmorecendo no caminho, pois quando interiorizamos que já sabemos tudo é a mais genuína manifestação que de facto não sabemos nada. Não diríamos como Sócrates, o filósofo, «só sei que nada sei», mas antes partilhamos a ideias que na área do conhecimento a vida do homem é como uma escada em que se vão subindo os degraus. Quando pensamos que atingimos o patamar, isto é, que já sabemos tudo, então iniciamos uma nova era de escuridão, onde o saber não é preocupação, como aliás já o não é para os ignorantes. Estes não sentem nenhuma necessidade de saber.

É esse rigor, essa qualidade que perseguimos permanentemente e que lançamos o desafio a todos os profissionais para se juntarem a nós nessa grande batalha do conhecimento e da evolução profissional.

A Ordem, nesse combate constante de aperfeiçoamento profissional, disponibiliza e continuará a disponibilizar no decurso do ano de 2014 as seguintes ferramentas:

a) **Departamento de Consultoria.** Este departamento responde aos pedidos de esclarecimento colocados pelos membros, tem atualmente ao seu serviço um total de 14 profissionais, todos com formação nas áreas

inerentes à atividade profissional, com um *call center* onde os membros são permanentemente esclarecidos por dois técnicos superiores. Este departamento responde a cerca de 8 mil questões técnicas que lhe são colocadas pelos membros no decurso de um ano, estando o tempo de respostas, em termos médios em cerca de 15 dias. Evidentemente que poderá haver questões que levem mais tempo, atendendo à sua complexidade ou até mesmo novidade. Os membros estão limitados a cinco perguntas gratuitas por ano, com o objetivo de possibilitar que todos os profissionais possam colocar questões à Ordem. Mesmo assim, atendendo a que exercem a profissão sensivelmente 31 mil profissionais, se todos formulassem questões, estaríamos perante um universo de 155 mil questões, o que colocaria imensas dificuldades de gestão do processo de apoio aos membros. As questões podem ser colocadas pelas diversas formas disponíveis: presencial, por escrito ou através da "Pasta TOC", por *email* ou mesmo pelo telefone. Em 2014 e logo que estejam concluídas as alterações na "Pasta TOC", as respostas serão colocadas exclusivamente na pasta do membro, sendo-lhe enviada a resposta pelo seu *email* profissional. Temos vindo a fazer um enorme esforço para responder com o máximo de urgência aos membros e os prazos ultimamente conseguidos de 15 dias não deixam de ser muito significativos para assuntos revestidos de alguma complexidade.

b) **Conferências e parcerias.** Sob as mais diversas matérias temos vindo a realizar ações e parcerias com diversas entidades: TSF, Diário Económico, Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Associação dos Magistrados da Jurisdição Administrativa e Fiscal de Portugal (AMJAFF),

escolas do ensino superior e muitas vezes com o próprio governo, no sentido de esclarecermos o funcionamento ou fundamentação de novas realidades, bem como a maneira mais fácil de lhes dar cumprimento. Estes eventos, onde se explanam pontos de vista diferenciados sobre a mesma realidade, constituem-se como fundamentais para a execução da nossa profissão com maior rigor e perfeição.

c) **Base de dados do SITOC.** Conforme já se referiu, a base de dados é um conjunto muito vasto e rico de compilação de leis, opiniões, jurisprudência e doutrina interpretativa da aplicação das normas que se revela imprescindível ao rigor e à segurança profissional dos membros. As alterações recentemente introduzidas adicionaram-lhe novas funcionalidades de apoio ao exercício da profissão.

d) **Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal.** Na sequência do protocolo assinado entre a Ordem e o IDEFF (Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a OTOC disponibiliza aos membros, em suporte digital, a revista daquele instituto que aborda em profundidade diversos temas de natureza económica, financeira e de direito fiscal. O *link* para a consulta daquela revista encontra-se disponível na área reservada do sítio da Ordem, podendo ser consultada exclusivamente por Técnicos Oficiais de Contas.

e) **TOCOnline.** Esta nova ferramenta informática da OTOC foi concebida com o objetivo de construir uma ponte permanente entre os profissionais e os seus clientes, com inquestionável interesse para o aprofundamento e consolidação das relações entre os TOC e aqueles, atendendo à forma e

por vezes à distância que os separa e a forma como interagem. A ideia era e é criar um mecanismo que, de forma simples e facilmente compreensível, pudesse interagir entre ambas as partes, servindo para o TOC enviar e receber informação, sem que entretanto tivesse necessidade de se deslocar às instalações dos seus clientes, recebendo estas informações atualizadas, também por este meio, sobre a evolução da sua contabilidade. Não obstante aquela vocação original, considerando o aparecimento de novas exigências às empresas, entendemos que a indicada ferramenta teria aqui uma função muito importante no auxílio do cumprimento daquelas obrigações e, na medida do possível, libertasse o TOC daquelas, podendo e devendo, no entanto, conhecê-las. É dentro desse nível de preocupação que se criaram novas vertentes para a ferramenta encomendada pela Ordem, de sua propriedade e desenvolvida sob a sua orientação por uma empresa de informática, acompanhada por informáticos da Ordem. Entretanto, estão em vias de implementação novas funcionalidades para esta ferramenta que, esperamos venham a ser muito úteis aos Técnicos Oficiais de Contas.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O indiscutível esforço que se tem feito no crescimento e consolidação da profissão, teve os seus reflexos ao nível internacional, sendo a Ordem hoje um parceiro aceite e acarinhado nos diversos organismos em que se encontra inscrito. Desde o IFAC (*International Federation of Accountants*), passando pela EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SMEs*), o CILEA (*Comité de Integración Latina Europa América*) e

o IIC (*Instituto Internacional de Costos*), a Ordem tem demonstrado uma enorme capacidade de realização e uma grande segurança quanto aos caminhos e desígnios a seguir pela profissão.

Até à data, a representação externa da Ordem, para além da participação em grupos de trabalho, tem sido feita pelo Bastonário, mas atendendo às exigências daquela participação, em 2014 vamos ter que refletir e designar grupos ou pessoas para aquela representação, sem prejuízo do Bastonário, sempre que o julgue de interesse e a agenda o permita, esteja presente nos diversos eventos a realizar.

Já no próximo ano, passamos a participar de pleno direito na qualidade de associados no IFAC, pelo que, em tempo oportuno, apresentaremos candidaturas para o preenchimento de cargos naquela instituição.

No CILEA, segundo tudo o indica, o Bastonário da OTOC será eleito na assembleia geral em Punta del Este, no Uruguai, a realizar no próximo dia 2 de dezembro, o primeiro vice-presidente daquela organização. Atendendo à rotatividade do cargo entre países da Europa e América do Sul e à tradição do primeiro vice-presidente ser o próximo presidente, é bem possível que dentro de quatro anos tenhamos, pela primeira vez, uma presidência portuguesa naquela organização internacional.

Quanto ao CILEA, no próximo ano de 2014, pensamos realizar novamente uma conferência internacional, abordando assuntos de interesse para a profissão, procurando trazer até aos TOC nacionais a realidade de outras culturas e outras tradições no domínio da contabilidade, possibilitando um intercâmbio de conhecimentos e realidades diferenciadas da nossa. No âmbito do programa daquela organização, a Ordem participará nos

eventos que estão programados no próximo ano.

Na EFAA, a primeira organização internacional em que a Ordem se inscreveu, participámos nos grupos de trabalho sobre diversas temáticas. Temos vindo a realizar uma conferência internacional por ano e, no que concerne a 2014, é nossa intenção continuar a realizar aquele evento.

Estamos conscientes que participar nos eventos realizados pelas diversas instituições acarreta um dispêndio avultado, mas que não deve ser menosprezado, considerando o momento de crise que vivemos. Sendo necessário ter em atenção o descrito, urge compreender que a enorme dinâmica e rapidez com que os acontecimentos se sucedem nas sociedades modernas implica uma maior capacidade e elasticidade de resposta para influenciar o seu curso e participar nas respetivas decisões.

O seu conhecimento antecipado ou pelo menos o rumo que elas tomam é imprescindível para acompanharmos o ritmo frenético dos acontecimentos, sob pena de, em caso de alheamento, sermos vítimas de um processo que nos é imposto e em que os nossos interesses ou direitos podem ser postergados.

O mundo é demasiado pequeno para nele não participarmos e orientarmos os nossos interesses, pelo que, em nossa opinião, para uma profissão do índole da nossa, que ambicione estar na vanguarda do crescimento, nunca o poderá fazer sem participar nos eventos, movimentos ou instituições que determinam os ditames do contexto em que vivemos.

Mas o relacionamento internacional da Ordem não se esgota naqueles organismos. Outras experiências, sonhos e objetivos construtivos transportam-nos até culturas irmãs, que tradicionalmente designamos por

Lusofonia.

Desde logo, não só pela força da relação, mas principalmente porque nos preenchidos no seu desenvolvimento, as relações com os nossos colegas e amigos brasileiros, onde, pela permuta de experiências e saberes de vida, temos vindo a solidificar uma parceria alicerçada em valores de irmandade que nos une numa argamassa que, com o decorrer do tempo, fica cada vez mais forte.

O projeto de "transferência de conhecimentos", que começa a dar os primeiros frutos, com especial relevo para as relações com Angola, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e, segundo esperamos, brevemente com a Guiné Bissau e Timor, são a prova evidente que partilhamos preocupações comuns e cultivamos valores de solidariedade e amizade que brotam da nossa própria natureza e amizade daqueles povos irmãos.

É imbuído desse espírito e consciente das necessidades daqueles povos em crescimento, que a Ordem irá disponibilizar, em 2014, para todos os países de língua portuguesa a possibilidade de, através da internet, mediante uma prévia identificação pela respetiva instituição, a frequência dos módulos de formação à distância por profissionais dos países lusófonos.

É evidente que falamos de realidades diferentes, que se espelha muita mais na fiscalidade do que na contabilidade. Isto é, a contabilidade como ciência, embora possa divergir a sua aplicação de país para país, tem regras e valores universais imutáveis.

A grande diferença está na fiscalidade e, embora a forma e a filosofia em que assenta a grande maioria dos sistemas fiscais daqueles países sejam muito próximas de um passado recente português, haverá necessidade de a tratar na sua própria dimensão. No âmbito do protocolo a estabele-

cer brevemente com Moçambique, a colaboração com a OTOC pode passar pela construção de uma mini base, dentro da nossa plataforma que contenha o sistema fiscal moçambicano, possibilitando o aproveitamento da tecnologia utilizada pela nossa base de dados. É uma outra área que disponibilizamos, juntamente com o Brasil para ajudar os profissionais daqueles países, pois sabemos, por experiência própria, que quando se começa, falta tudo.

Queremos levar este projeto também aos nossos irmãos guineenses e timorenses. Ainda não foi possível, por razões de agenda, mas tudo indicia que será concretizado por volta dos meses de fevereiro ou março de 2014.

OUTRAS AÇÕES

Numa instituição como a Ordem, onde a pujança e vitalidade são características que nos incentivam, não é possível de forma integrada prever toda a atividade que temos em mente ou que surja a oportunidade de desenvolver, daí criarmos um capítulo intitulado "Outras ações", onde incluiremos os atos ou eventos que pela sua singularidade não se enquadram nas que relatamos.

Desde logo a organização em Portugal do "Prolatino", evento que realizamos em memória do falecido Professor Lopes de Sá, que alternadamente se realiza em Portugal e no Brasil.

A conferência internacional do Gabinete de Estudos da Ordem, em parceria com o IDEFF, a exemplo de anos anteriores realizar-se-á no Porto e em Lisboa, versando temas, ideias e ensinamentos relacionados com a profissão. Cada Colégio de Especialidade da Ordem, realizará, pelo menos, uma conferência nas áreas respetivas, procurando encontrar e analisar a sua evolução e crescimento, propiciando

uma análise exaustiva da tendência evolutiva das temáticas.

Vamos ainda promover encontros a nível nacional, envolvendo as associações patronais, os sindicatos, departamentos governamentais e as empresas, no sentido de apurarmos melhor as necessidades organizativas e funcionais do tecido empresarial, procurando, por essa via, um maior e mais consolidado diálogo entre os Técnicos Oficiais de Contas e os empresários, evidenciando, sempre que possível, a importância da sua ação na consolidação das empresas e da economia nacional.

O apoio a iniciativas de natureza universitária e científica, com vista a alicerçar e observar a evolução de temáticas relevantes para o contexto nacional e com repercussão na vida dos cidadãos.

Manter o apoio à atualização do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, coordenado pelo Professor João Carvalho e sua equipa de investigadores, propiciando à sociedade uma leitura integrada do estado financeiro e económico do poder local. Continuar a editar o Anuário do Setor Empresarial do Estado, dando a conhecer à sociedade a sua "radiografia" económica e financeira.

Conciliar esforços no sentido de consolidar as relações entre os diversos países de língua oficial portuguesa, propiciando a criação de uma associação da Contabilidade na Lusofonia, como hoje já acontece em outros ramos profissionais.

Organizar e realizar, como já tem acontecido em anos anteriores, um Encontro de História da Contabilidade, procurando criar interesse e dinâmica em torno deste importante ramo de saber contabilístico.

Pugnar junto dos competentes órgãos do governo pela implementação da contabilidade digital na Adminis-

tração Pública e a exigência de Técnicos Oficiais de Contas como responsáveis pela mesma.

Manter, desenvolver e consolidar, as parcerias que temos vindo a estabelecer com a Associação Fiscal Portuguesa e com o Diário Económico no Observatório da Fiscalidade Portuguesa, realizando eventos de grande qualidade, não só para os profissionais, mas também para o público em geral.

Manter e desenvolver o protocolo de colaboração com o Diário Económico, realizando anualmente duas conferências sobre temas relevantes para os profissionais e de impacto na sociedade.

Manter o protocolo de colaboração com a TSF, criando pontos de interesse e desenvolvimento de eventos que consolidem a profissão e relevem o imprescindível papel que ela representa na consolidação económica das empresas portuguesas.

CONCLUSÕES

O figurino que desde sempre utilizamos para elaborar e construir o Plano de Atividades e como suporte realizacional, o correspondente Orçamento, tem tido uma estrutura que obedece à reunião de temas, os que consideramos mais importantes na vida da instituição, procurando erigir uma imagem o mais próximo da realidade do que são as nossas preocupações na sua gestão e desenvolvimento.

Como é óbvio, não é possível, atendendo à enorme diversidade de ações e eventos, criar grupos que a todos integrem, sob pena de resultar de tal tentativa um documento demasiado denso e disperso o que, em nosso entender, dificultaria uma leitura integrada da atividade e dinâmica da instituição.

Dai deixarmos alguns *flashes*, necessariamente breves sobre as matérias que não se enquadram naqueles gru-

pos.

O nosso objetivo com o presente documento, para além do cumprimento de uma obrigação estatutária, é compartilhar com os membros uma antevisão que temos e nos anima na gestão de um período de tempo que coincide com o ano civil.

Todavia, quem vive diariamente o pulsar desta Instituição, quem lhe sente os desafios e aceita os riscos que eles envolvem, sabe que não é possível, por muito grande que seja a sua vontade, transcrever para o papel a força que a todos anima de fazer o melhor e de dar o melhor à nossa instituição e à nossa profissão.

O Plano de Atividades e Orçamento, não podem, nem devem, ser entendidos como documentos herméticos, sob pena de nos enredarmos em burocracias, perdendo capacidade de adaptação às evoluções que surjam.

Naturalmente, que se as alterações que se vierem a verificar necessárias introduzir, com vista a adaptar o documento às novas realidades, forem de molde a descaracterizar os documentos, não só nos seus valores, mas também na sua função, então, em nosso entender, justifica-se a apresentação de uma proposta de reajustamento do Orçamento à Assembleia Geral.

O próximo ano, por diversas razões, contará com especificidades que procurámos não influenciarem o presente documento. Pensamos que o conseguimos e, não obstante a indiciação da entrada em vigor de um novo estatuto que mudará de forma definitiva alguns procedimentos da Ordem, a existência de um ato eleitoral para os órgãos sociais, momento propício para suscitar alguma indefinição.

Procuramos a maior isenção em todos esses pormenores e apresentamos como sempre o temos feito, a nossa

visão, pensamento e disponibilidade para continuar a dar à Ordem e a todos os profissionais o que entendemos como melhor para todos.

Alguns assim não entenderão, podendo discordar deste ou daquele facto. Respeitamos pontos de vista diferentes, mas, com o devido respeito, temos a história que construímos a justificar os nossos atos, pois estes valem mais do que milhões de palavras. A discordância quando fundada e justificada, é factor de dinâmica, de crescimento e de não comodismo, pelo que é bem vinda.

Aliás, de forma alguma nos sentimos donos da verdade, mas com as nossas ações, os nossos atos, o empenho, entrega à causa e devoção que colocamos no que fazemos, leva-nos a procurar sempre o que pensamos ser melhor para a profissão.

É o que sempre fizemos e o que sempre faremos ao serviço dos profissionais. É com base nessa convicção que vos apresentamos o Plano de Atividades para 2014, que tem o suporte de execução no orçamento que a seguir se apresenta.

Plano de Atividades e Orçamento

2014

ORÇAMENTO

ORÇAMENTO

INTRODUÇÃO

Cumprindo uma exigência estatutária, apresentamos o orçamento para o ano de 2014.

De facto, a alínea a) do artigo 35.º do EOTOC, com a redação introduzida pelo Decreto-Lei 310/2009, de 26 de outubro, consagra que o Conselho Diretivo deverá "elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte".

Nos termos ainda do nosso estatuto, com a versão consagrada no citado Decreto-Lei 310/2009, o Conselho Superior é "obrigatoriamente ouvido na definição da estratégia global da Ordem e, anualmente, quanto às grandes linhas orientadoras do plano de atividades, emitindo ainda parecer quanto à verificação, no relatório de atividades, da estratégia inicialmente definida".

Finalmente, a "Assembleia Geral reúne em sessão ordinária em dezembro de cada ano, para discussão e aprovação do plano de atividades e do orçamento anual para o ano seguinte, elaborado pelo Conselho Diretivo".

Assim, cumpridos os pressupostos legais prévios, apresentamos o orçamento para o ano de 2014, elaborado pelo Conselho Diretivo e ouvido o Conselho Superior.

CONTEXTO ATUAL

Com as conhecidas dificuldades que a economia atravessa, as empresas e as famílias têm, forçosamente, de definir constantemente as suas prioridades em função das disponibilidades. Na nossa Ordem, uma família muito mais alargada, além das disponibilidades temos de ter em conta o benefício comum que se repercute e/ou repercutirá resultante da opção que é tomada no dia a dia da gestão do património que pertence a toda uma classe.

Como por diversas vezes temos afirmado, o nosso comportamento "tem-se pautado pelo empenhamento ativo na procura de soluções e de critérios de gestão zelosa e criteriosa em prol de toda a classe profissional". O ano de 2013, tem conhecido uma aposta significativa na automatização da informação, e nos benefícios que estas opções acarretam para a vida dos nossos profissionais. Merecem especial destaque o SITOC, o TOConline e a modernização do portal, para mencionar os mais visíveis. No entanto, no plano interno, temos vindo a trabalhar na melhoria de soluções com reflexo na vida interna da Instituição, como seja a "Pasta TOC", a desmaterialização dos documentos internos. Com estas

opções, melhoramos o desempenho junto dos nossos membros, quer em qualidade do suporte de informação quer em tempo, um bem cada vez mais escasso na vida agitada dos técnicos oficiais de contas.

Por outro lado, pese embora estes objetivos, o orçamento fundamentou-se nas características que temos vindo a relevar em anteriores, isto é, "prudência, mas sem esquecer o esforço arrojado que tem de ser feito para atingir os nossos objetivos".

Assim, os critérios que estiveram subjacentes à elaboração deste documento foram os tradicionais a que já nos habituámos. De facto, tendo em conta a experiência e os resultados obtidos, não se justifica a sua alteração. Concretizando, os valores que serviram de base de trabalho, foram os valores reais ocorridos até ao final do mês de setembro, projetados até ao final do ano, tendo em conta a execução orçamental. A estes valores, tivemos de introduzir as alterações decorrentes das ações e opções julgadas mais oportunas ou adequadas aos fins estatutários e ao interesse da classe e que ora se submetem à apreciação da Assembleia Geral.

RENDIMENTOS

Os rendimentos previstos para o ano de 2014 são de 14 745 290 euros, distribuídos pelas rubricas constantes da tabela abaixo.

Dada a conjuntura económica de todos conhecida e, tendo em conta a execução orçamental, como atrás se frisou, prevemos uma redução de rendimentos de 1,1%, face ao orçamento do ano anterior, com particular incidência nas rubricas de **rendimentos financeiros** e

de **outros rendimentos e ganhos**.

A rubrica vendas inclui algumas obras, incluindo livros, manuais de formação e licenças do TOOnline.

As **prestações de serviços** incluem os rendimentos provenientes das joias, das quotas e da formação. Esta é a grande fonte de rendimentos da Ordem, representando à volta de 92,4% dos rendimentos da instituição.

Quanto às restantes rubricas, de **ou-**
tros rendimentos e de **rendimentos**

financeiros, o seu peso é residual, tendo em conta os 7% que representam na presente proposta de orçamento, correspondendo a 1 037 520 euros.

Numa observação mais pormenorizada, podemos verificar que, na proposta orçamental em apreciação, as quotas representam 71,3% dos rendimentos da Instituição e a formação 18,5% do total dos rendimentos. Para chegar a este valor, na primeira rubrica, tivemos em conta o número de membros inscritos, quer efetivos quer suspensos, isto é, partimos duma base real e conhecida. Já para a rubrica da formação, o critério utilizado passou pela experiência dos anos anteriores com a realidade ocorrida e constante dos nossos registos contabilísticos no final de setembro.

Para a rubrica de **patrocínios**, mantivemos os valores previstos para o ano em curso, uma vez que a realidade da nossa economia não se alterou e não é exetável alguma inflexão favorável. Na rubrica de **outros rendimentos**, de salientar a rubrica de **emolumentos e taxas**. Como é do conhecimento geral, o chamado processo de Bolonha veio introduzir alterações significativas na política educativa com reflexos na vida dos intervenientes, isto é, nas instituições de ensino, quer no plano discente quer no docente, com impacto na entidade reguladora da profissão, por via do acesso à profissão, após a conclusão da formação académica necessária e adequada. Assim, prevê-se que, ultrapassada esta fase, o número de candidatos retorne aos valores normais. Por isso, respeitando o princípio de prudência, reduzimos em cerca de 16% relativamente ao orçamentado para o ano anterior, o valor previsível para esta rubrica. Quanto à **publicidade**, mantivemos o valor previsto anteriormente, uma vez que se trata de publicidade na nossa re-

Rendimentos	Orçamento 2013	Orçamento 2014	Desvio %
Vendas	77 040	77 400	0,5%
Prestações de serviços	13 658 240	13 620 370	-0,3%
Subsídios à exploração	10 000	10 000	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	1 064 660	951 120	-10,7%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	100 440	86 400	-14,0%
Total dos rendimentos	14 910 380	14 745 290	-1,1%

Rendimentos	Orçamento 2013	Orçamento 2014	Desvio %	%
Vendas	77 040	77 400	0,5%	0,5%
Prestações de serviços	13 658 240	13 620 370	-0,3%	92,4%
Jóias	110 000	95 500	-13,2%	0,6%
Quotas	10 650 400	10 518 420	-1,2%	71,3%
Ações de formação OTOC	2 633 120	2 735 250	3,9%	18,5%
Formação eventual	1 401 600	1 440 000	2,7%	9,8%
Formação segmentada	510 000	510 380	0,1%	3,5%
Formação permanente	50 000	51 200	2,4%	0,3%
Formação à distância	510 000	496 600	-2,6%	3,4%
Formação recorrente	11 520	12 750	10,7%	0,1%
Conferências	150 000	84 800	-43,5%	0,6%
Conferências/parcerias OTOC	0	139 520		0,9%
Vinhetas	105 120	109 200	3,9%	0,7%
Multas - processos disciplinares	159 600	162 000	1,5%	1,1%
Subsídios à exploração	10 000	10 000	0,0%	0,1%
Outros patrocínios	10 000	10 000	0,0%	0,1%
Outros rendimentos e ganhos	1 064 660	951 120	-10,7%	6,5%
Outros rendimentos suplementares	853 620	737 050	-13,7%	5,0%
Encontro Nacional dos TOC	7 500	7 000	-6,7%	0,0%
Taxas e emolumentos	755 160	636 900	-15,7%	4,3%
Inscrições - Reg atribuição créditos	21 960	21 150	-3,7%	0,1%
Publicidade	69 000	72 000	4,3%	0,5%
Rendas em propriedades investimento	161 840	163 440	1,0%	1,1%
Outros	49 200	50 630	2,9%	0,3%
Juros, dividendos e outros rendimentos	100 440	86 400	-14,0%	0,6%
Juros obtidos	100 440	86 400	-14,0%	0,6%
Total	14 910 380	14 745 290	-1,1%	100,0%

vista de entidades com as quais há uma tradição de longa data e, por outro lado, o mérito que é reconhecido ao papel da nossa publicação junto do seu público. Uma chamada particular de atenção para o valor proveniente do arrendamento do nosso prédio localizado na avenida 24 de julho, n.º 58, em Lisboa cuja alteração relativamente ao ano anterior se prende com a atualização legal, prevista pelo Aviso 11753/2013, de 11 de setem-

bro, que estabelece o coeficiente de atualização de 0,99%. Como é de todos conhecido, esta verba está destinada ao Fundo de Pensões, como à frente se poderá constatar na previsão dos gastos.

Quanto à rubrica de **juros e outros rendimentos similares**, a redução das taxas de juro e a aquisição de equipamentos em curso neste último trimestre de 2013, justificam a sua redução previsível.

GASTOS

Conforme se pode verificar pelo quadro abaixo, a previsão de gastos para o ano de 2014 perfaz um total de 14 492 430 euros.

Também, como é tradição, estiveram subjacentes à elaboração dos cálculos, a experiência realizada até final de setembro findo, conjugada com os princípios da prudência, da congruência e consistência. Sem esquecer a continuidade das políticas de gestão que têm pautado a conduta dos órgãos dirigentes.

Tal como sucede com a generalidade das instituições semelhantes, os gastos previstos estão concentrados nas rubricas de **fornecimentos e serviços externos** e gastos com pessoal. A primeira representa 64,5% do total dos gastos e a segunda 27,5%. A soma destas duas grandes rubricas consome 92% do orçamento para gastos. O mesmo valor que no ano anterior.

As opções seguem a linha definida de há muito tempo. De facto, apesar de pretendermos evoluir na criação e desenvolvimento de instrumentos e ferramentas que facilitem o exercício da atividade do profissional no seu dia a dia, pretendemos, simultaneamente, apetrecharmos-nos de recursos técnicos e humanos para, internamente, podermos responder autónoma e adequadamente.

Em concreto, em 2013, o orçamento previa 64% de fornecimento e serviços externos e 27% de gastos com pessoal. Para 2014, prevê-se 64,5% dos gastos para serviços externos 27,5% para gastos com pessoal. Um crescimento ligeiro, mas na senda das grandes linhas orientadores de uma estratégia pré-concebida.

Passemos a uma análise de mais pormenor relativamente às sub-rubricas mais expressivas dos gastos. Para tal apresenta-se o quadro de **fornecimentos e serviços externos** mais pormenorizado. A rubrica de **serviços especializados**, no valor de 4 671 520 euros, corres-

Gastos	Orçamento 2013	Orçamento 2014	Desvio %
CMVMC	6 440	8 720	35,4%
FSE	9 292 520	9 346 870	0,6%
Gastos com o pessoal	3 921 630	3 980 320	1,5%
Gastos de depreciação e de amortização	834 011	689 330	-17,3%
Perdas por imparidade	180 000	200 000	11,1%
Outros gastos e perdas	223 800	188 590	-15,7%
Gastos e perdas de financiamento	87 240	78 600	-9,9%
Total	14 545 641	14 492 430	-0,4%

Gastos	Orçamento 2013	Orçamento 2014	Desvio %	%
Subcontratos	509 470	949 770	86,4%	10,2%
Serviços especializados	5 143 200	4 671 520	-9,2%	50,0%
Trabalhos especializados	1 715 160	1 620 480	-5,5%	17,3%
Publicidade e propaganda	663 500	641 580	-3,3%	6,9%
Vigilância e segurança	78 000	78 000	0,0%	0,8%
Honorários	1 795 520	1 194 000	-33,5%	12,8%
Conservação e reparação	535 260	748 550	39,8%	8,0%
Serviços bancários	163 530	198 360	21,3%	2,1%
Outros	192 230	190 550	-0,9%	2,0%
Materiais	122 840	122 940	0,1%	1,3%
Ferramentas e utensílios	4 000	2 500	-37,5%	0,0%
Livros e documentação técnica	3 000	1 000	-66,7%	0,0%
Material de escritório	111 840	115 440	3,2%	1,2%
Artigos para oferta	4 000	4 000	0,0%	0,0%
Energia e fluidos	109 340	113 520	3,8%	1,2%
Deslocações, estadas e transportes	445 800	439 200	-1,5%	4,7%
Serviços diversos	2 961 870	3 049 920	3,0%	32,6%
Rendas e alugueres	438 140	561 340	28,1%	6,0%
Comunicação	1 245 860	1 250 060	0,3%	13,4%
Seguros	1 182 830	1 141 260	-3,5%	12,2%
Contencioso e notariado	13 200	11 880	-10,0%	0,1%
Despesas de representação	10 000	10 000	0,0%	0,1%
Limpeza, higiene e conforto	71 840	75 380	4,9%	0,8%
Total	9 292 520	9 346 870	0,6%	100,0%

Gastos com pessoal	Orçamento 2013	Orçamento 2014	Desvio %
Remunerações órgãos da Ordem	725 760	725 760	0,0%
Remunerações do pessoal	2 439 500	2 475 120	1,5%
Encargos sobre remunerações	636 830	667 540	4,8%
Seguros de acidente no trabalho	14 292	11 100	-22,3%
Gastos de ação social	30 000	30 000	0,0%
Outros gastos com o pessoal	75 248	70 800	-5,9%
Total	3 921 630	3 980 320	1,5%

Outros gastos	Orçamento 2013	Orçamento 2014	Desvio %
Gastos de depreciação e de amortização	834 011	689 330	-17,3%
Propriedades de investimentos	39 980	39 980	0,0%
Ativos fixos tangíveis	794 031	649 350	-18,2%
Perdas por imparidade	180 000	200 000	11,1%
Em dívidas a receber	180 000	200 000	11,1%
Outros gastos e perdas	223 800	188 590	-15,7%
Impostos	36 322	30 390	-16,3%
Donativos	31 450	31 450	0,0%
Quotizações	36 028	37 650	4,5%
Outros	120 000	89 100	-25,8%
Gastos e perdas de financiamento	87 240	78 600	-9,9%
Juros de financiamentos obtidos	10 200	8 400	-17,8%
Juros do contrato de locação financeira	77 040	70 200	-8,9%

pondente a 50% dos gastos previstos, tem duas grandes sub-rubricas, a saber, **trabalhos especializados e honorários**. Estas duas rubricas incluem os honorários dos nossos formadores, consultores externos, comissões e grupos de trabalho, bem como os serviços contratados de assistência e manutenção, sobretudo nas áreas técnicas e tecnológicas.

A redução prevista para estas duas sub-rubricas, no valor de 696 200 euros, supera a redução prevista para a totalidade da rubrica de **fornecimentos e serviços externos** que é de 471 680 euros. Esta redução, como já frisámos, vem na sequência de criarmos condições internas, alargando o nosso quadro de pessoal com técnicos competentes e aptos a responder às solicitações.

Na área da **formação** estão contemplados os serviços prestados à Insti-

tuição, no valor de 1 338 040 euros, que englobam os honorários com os formadores no valor de 762 340 euros, os serviços de *catering* no valor de 321 500 euros, a elaboração de manuais da formação, no valor de 100 200 euros e a produção e edição de brochuras no valor de 154 000 euros.

Ao nível da **consultadoria externa**, foram estimados na consultadoria técnica, o valor de 170 880 euros, e na consultadoria informática, o valor 51 050 euros.

O valor global estimado para os serviços prestados pelas comissões e grupos de trabalho da Instituição, é de 531 360 euros.

Na sub-rubrica **conservação e reparação**, prevemos os valores para a manutenção das instalações no valor de 72 840 euros, manutenção e reparação de diverso equipamento, no valor 660 110 euros e manutenção

e reparação das viaturas, o valor de 15 600 euros.

Quanto às restantes sub-rubricas, estimámos os valores de acordo com a realidade conhecida e a expectativa face às ações projetadas para o ano de 2014.

A variação na rubrica das **rendas e alugueres** reflete os valores dos arrendamentos dos espaços e equipamentos, na realização da formação eventual, reuniões livres, conferências e congressos da Ordem.

Da análise global desta grande rubrica de gastos, a primeira evidência é um aumento de gastos de 0,6%, comparativamente com o orçamento do ano anterior, correspondentes a 54 350 euros.

Nas contas de **gastos com pessoal**, prevê-se um aumento de 1,5%. Este valor de 35 620 euros é uma previsão para cobertura de aumentos salariais resultantes da imposição legal como o são, por exemplo, as diuturnidades.

Na rubrica de **outros gastos**, prevê-se uma redução dos valores de depreciações e amortizações, em função do natural decurso da vida útil dos bens. Quanto às imparidades, manda a prudência que se preveja o seu aumento, dada a conjuntura económica.

Quanto a gastos e perdas de financiamento, há uma redução, que resulta, fundamentalmente, da diminuição do capital em dívida do contrato de locação financeira do edifício sede da Ordem, na avenida Barbosa du Bocage, 45, em Lisboa.

Merece particular referência o ato eleitoral que terá lugar do decurso de 2014. Pelas razões de todos conhecidas e que se encontram plasmadas no comunicado do Presidente da Assembleia Geral de 10 de outubro último, em 2014, terá lugar o ato eleitoral para os órgãos dirigentes. As despesas inerentes, como habitualmente, encontram-se distribuídas por várias

rubricas desta proposta de orçamento, em função da sua natureza, nomeadamente, nas rubricas de **trabalhos especializados e publicidade**.

Finalmente, de uma análise global de gastos, constatamos que há uma redução de gastos da ordem dos 0,4%, comparativamente com o orçamento anterior, correspondendo a 53 211 euros.

Face a estes dados, o resultado aqui previsto será de 252 860 euros positivos.

De facto, a melhoria do resultado tem sido na redução de gastos com a implementação de soluções internas viradas para a informação e comunicação automáticas e com benefícios sociais e ambientais inquestionáveis.

INVESTIMENTOS

O investimento previsto para o ano de 2014 perfaz um total de 430 000 euros distribuído pelas rubricas **projeto "Web TV"** e **equipamento informático**, conforme quadro.

O **projeto "Web TV"** vem sendo implementado gradualmente. Além disso, tem havido a preocupação de rentabilizar o investimento nesta área, procurando que a opção dos equipamentos permite responder a outras necessidades da área das competências da Ordem, como é o caso da formação, com particular incidência na produção de vídeos destinados à formação à distância.

Quanto ao equipamento informático, face à sua evolução tecnológica e aos objetivos que nos propomos, é indispensável a modernização permanente dos programas e equipamentos. Só uma atualização permanente destes bens permite a implementação de respostas adequadas aos nossos objetivos.

Investimentos	Orçamento 2013	Orçamento 2014
Ativos fixos tangíveis	680 000	430 000
Equipamento administrativo	680 000	430 000
Projeto "Web TV"	180 000	180 000
Equipamento informático	500 000	250 000
Total	680 000	430 000

Demonstração individual dos resultados por naturezas	Orçamento 2013	Orçamento 2014
Vendas e serviços prestados	14 588 900	14 434 820
Subsídios à exploração	10 000	10 000
Custos das MVMC	-6 440	-8 720
Fornecimentos e serviços externos	-9 292 520	-9 346 870
Gastos com o pessoal	-3 921 630	-3 980 320
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-180 000	-200 000
Outros rendimentos e ganhos	211 040	214 070
Outros gastos e perdas	-223 800	-188 590
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 185 550	934 390
Gastos de depreciação e amortização	-834 011	-689 330
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	351 539	245 060
Juros e rendimentos similares obtidos	100 440	86 400
Juros e gastos similares suportados	-87 240	-78 600
Resultado antes de impostos	364 739	252 860

CONCLUSÃO

Como já referimos, o orçamento que agora se apresenta à discussão foi elaborado na firme convicção que será o melhor para os objetivos que a Ordem se propõe executar no próximo ano de 2014. Procuramos refletir os constrangimentos que o momento atual impõe a todos nós. Mas não podemos abdicar de um serviço de qualidade a prestar a todos os que em nós acreditaram para conduzir os destinos da Instituição pelo melhor percurso possível.

Este orçamento continua a refletir as preocupações de gestão, nas

suas vertentes económica, financeira, ambiental e social que têm pautado os comportamentos dos seus legítimos responsáveis e que têm sido claramente reconhecidos pelos membros ao longo destes anos, em sede própria.

Face aos dados apresentado, teremos um resultado positivo previsto de 252 860 euros, conforme a demonstração de resultados acima.

Aprovado em reunião do Conselho Diretivo de 28 de novembro de 2013, depois de ouvido o Conselho Superior, nos termos estatutários.

Bastonário	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Domingues de Azevedo	Armando P. Marques	Jaime Soares dos Santos	Filomena M. Felgueiras A. L. Moreira	Manuel Vieira de Sousa	Ezequiel Fernandes	Rita Cordeiro

Plano de Atividades e Orçamento

2014 PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

PARECER DO CONSELHO SUPERIOR SOBRE PLANO DA ACTIVIDADES PARA 2014

O Conselho Superior da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas reuniu, em plenário, no dia 28 de novembro de 2013, a fim de se pronunciar, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º C do EOTOC, sobre as grandes linhas orientadoras do Plano de Atividades para 2014, a apresentar, pelo Conselho Diretivo, à Assembleia Geral, para discussão e aprovação nos termos estatutários. O Conselho Superior realizou uma profunda e detalhada análise do conteúdo do documento e procedeu a uma troca de informações entre os seus membros formulando sugestões e recomendações.

Constatando que se verificou, no ano anterior, um significativo cumprimento dos objetivos propostos e aprovados em Assembleia Geral, o Conselho Superior saudou o Conselho Diretivo pelo facto e instou, este órgão a prosseguir, com elevado sucesso, as missões traçadas no presente documento. O Conselho Superior foi ainda informado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral sobre o processo eleitoral, em curso, e as circunstâncias que levaram ao seu adiamento por um período não superior a 180 dias, na sequência de uma Assembleia

Geral Extraordinária, onde o assunto foi discutido e manifestou toda a sua concordância e solidariedade com a decisão tomada. Finalmente o Conselho Superior deliberou, por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Conselho Diretivo sobre o Plano de Atividades para 2014, com as alterações que o próprio Conselho Superior sugeriu e recomenda à Assembleia Geral a realizar em 21 de dezembro próximo, em Évora, que dê o seu apoio e acordo ao Plano de Atividades apresentado.

Bastonário	Vice-presidente	Rep. Norte	Rep. Centro	Rep. Sul	Rep. Madeira	Rep. Açores	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado
										
Domingues de Azevedo	Armando P. Marques	José Alberto Pinheiro Pinto	José das Neves Raimundo	António Nabo	Carlos Pinto	Fernando Andrade	António José Alves da Silva	Avelino Antão	João Lopes Ribeiro	Leonel Pontes

